

OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE E O SURGIMENTO DA CENTRALIDADE DA CIDADE DE COLATINA

THE HISTORICAL ASPECTS OF THE CENTRO-OESTE MICRO-REGION AND THE RISE OF THE CENTRALITY OF THE CITY OF COLATINA

¹Leandro de Souza Lino*.

²Renata Morandi Lórá.

³Ivana Souza Marques.

¹União Capixaba de Ensino (UNICAPE / FAESA). E-mail: lsino@gmail.com

²Prefeitura Municipal de Vila Velha. E-mail: renatamorandi@gmail.com.

³Prefeitura Municipal de Vila Velha. E-mail: ivanasmarques@gmail.com.

*Autor de correspondência

Artigo submetido em 24/05/2021, aceito em 20/08/2021 e publicado em 02/09/2021.

Resumo: Este trabalho visa a analisar o processo de formação da Microrregião Centro-Oeste, com suas respectivas delimitações municipais. Além disso, pretende-se avaliar os fatores que levaram a constituição da cidade de Colatina como uma cidade polo da Região. Para compreensão do processo de formação da Microrregião Centro-Oeste, é importante avaliar a ocupação do interior capixaba, especialmente em função da expansão da atividade cafeeira, que ocorreu no sentido Sul-Norte, e que foi iniciada no século XIX. Diante dessa situação, o Rio Doce acabou se tornando um entrave para essa expansão, em função dos limites logísticos e tecnológicos que haviam no interior do Estado na ocasião. Tal fato só foi resolvido após o ano de 1928, com a implantação da ponte Florentino Avidos, em Colatina. Além disso, para analisar o processo de formação da Microrregião Centro-Oeste, em conjunto com demais microrregiões do Estado, é importante considerar três elementos, a saber: a presença do rio Doce, a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em 1906, e a implantação da rodovia BR 259, nos anos 1970. Já em relação à consolidação do município de Colatina como cidade-polo da Microrregião Centro-Oeste, é importante considerar não só a presença desses três elementos em seu território, como também o fato de que a maioria dos dez municípios da Região considerou-o como município-sede em seu período inicial. Ou seja, com exceção de São Roque do Canaã e de Vila Valério, os demais municípios da Microrregião Centro-Oeste foram provenientes de Colatina.

Palavras-chave: história; região; formação municipal; centralidade; Colatina.

Abstract: This work aims to analyze the formation process of the midwestern microregion, with its respective municipal boundaries. In addition, it is intended to evaluate the factors that led to the constitution of Colatina as a pole city in the region. In order to understand the formation process of the Midwest region, it is important to evaluate the occupation of the rural area of Espírito Santo, especially in view of the expansion of coffee activity, which occurred in the south-north direction and which began in the early 19th century. Given this situation, the Doce River ended up becoming an obstacle to this expansion, due to the logistical and technological limits that were in the interior of the state at the time. This fact was only resolved after the year 1928 with the implantation of the Florentino Avidos bridge, in Colatina. In addition, in order to analyze the formation process of the Midwest region, together with other microregions of the state, it is important to consider three

elements, namely: the presence of the Doce River, the construction of the Vitória-Minas Railway, in 1906, and the implementation of the BR 259 highway, in the 1970s. Regarding the consolidation of Colatina as a pole city in the Midwest region, it is important to consider not only the presence of these three elements in its territory, but also the fact that the majority of its ten municipalities had it as the host municipality in its initial period. In other words, with the exception of São Roque do Canaã and Vila Valério, all other municipalities in the Midwest region came from Colatina.

Keywords: history; region; county formation; centrality; Colatina.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação da Microrregião Centro-Oeste do Estado do Espírito Santo.

Assim, vale mencionar que essa região se refere a uma das dez microrregiões do Espírito Santo, de acordo com a Lei 9.768, de dezembro de 2011. A Região é constituída por dez municípios, a saber: Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e Vila Valério.

A Microrregião Centro-Oeste faz divisa com o estado de Minas Gerais e outras cinco microrregiões do estado capixaba, tais como as Noroeste e Nordeste, a Rio Doce, a Central Serrana e a Sudoeste Serrana.

Com uma população estimada de 280.889 habitantes, em 2018, sua representatividade no total do Estado do Espírito Santo é de 7,1% (IBGE, 2018c).

Além disso, entre seus municípios, destaca-se a presença de Colatina, que detém não só os maiores resultados em termos de população e de Produto Interno Bruto (PIB) da Região, mas também concentra uma estrutura produtiva de bens e serviços, em condições de torná-lo referência para um território que ultrapassa os limites da Microrregião.

Nesse sentido, pretende-se abordar, neste trabalho, não só a formação histórica da Microrregião Centro-Oeste, como também discutir os níveis de polarização da cidade de Colatina, especialmente sobre os processos que a levaram a adquirir essa influência sobre a Região.

Para tanto, inicialmente, pretende-se fazer uma abordagem referencial sobre o assunto, com temas sobre a relação entre espaço e região, e a discussão sobre níveis de polarização, para, em sequência, tratar da metodologia e dos resultados identificados para elaboração deste trabalho.

Entre os resultados, inicialmente, será realizada uma abordagem geral sobre as microrregiões do Estado, no intuito de compreender a relação das demais com a Centro-Oeste. Em sequência, serão debatidos os aspectos históricos específicos sobre a formação da Microrregião Centro-Oeste. Logo em seguida, será tratado acerca da representatividade da Microrregião Centro-Oeste no contexto estadual. Por fim, será discutido o processo de consolidação de Colatina como uma cidade-polo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITOS E DIFERENÇAS ENTRE ESPAÇO E REGIÃO

Para compreender os processos históricos e a formação de uma microrregião, independentemente de suas delimitações, é importante definir os conceitos e as diferenças associadas a termos, como “espaço” e “região”.

Sobre essa questão, vale citar que discussões envolvendo essas diferenças, inclusive sobre sua relação com o processo de desenvolvimento econômico, foram, de algum modo, negligenciadas pelos economistas clássicos, cuja tratativa específica, e de maneira explícita, só passou a ganhar destaque a partir dos anos 1920.

Isso porque, durante a década de 1920 – além de todo o conhecimento acumulado sobre o tema naquela ocasião –,

ocorreram inúmeros processos que fomentaram reflexões sobre questões envolvendo desenvolvimento regional. Entre esses processos, encontram-se o período de expansão econômica constatada durante a própria década de 1920, bem como a crise de 1929 e seus efeitos nos anos subsequentes. Tais efeitos proporcionaram avaliações, por parte dos economistas, no intuito de responder questões, como “o que”, “como” e “onde produzir” (SOUZA, 2009, p. 8).

Sobre os debates realizados antes dos anos 1920, ressalta-se que os modelos econômicos elaborados até então consideravam fatores, como: a população, a atividade econômica e os custos com transporte como tendo efeitos nulos sobre a atividade econômica. Ou seja, as regiões eram consideradas abstratas e só se avaliavam os mercados nacionais. Nesse sentido, as análises concentravam-se, em grande parte, nas transações realizadas entre as nações. Já as abordagens sobre as transações entre o interior das nações eram tratadas de maneira ampla, com foco, na maioria das vezes, em um produto, especialmente sobre a interação entre oferta e demanda em seus mercados, e cujos preços ainda tendiam ao equilíbrio diante de competições no mercado internacional. Em síntese, as economias nacionais eram consideradas, praticamente, pontos de interação no mercado internacional (LINO, 2021).

Foi a partir desses debates que derivaram as compreensões sobre os conceitos e as diferenças entre os termos “espaço” e “região”. Assim, região refere-se a uma delimitação espacial, cuja identidade apresenta características semelhantes e cujo processo de formação deu-se por meio de forças econômicas e organizacionais de um território e suas proximidades. Nesse sentido, também há as definições sobre o subespaço de um território, bem como análises sobre as relações entre uma determinada região e suas áreas externas (SOUZA, 2009).

Ainda sobre essas questões, destaca-se que, do ponto de vista de Isard (1956), uma região não pode ser compreendida apenas pelos aspectos econômicos, mas também envolvendo elementos demográficos, sociais e tecnológicos. Além disso, tais variáveis não podem ser avaliadas isoladamente, mas mediante suas inter-relações. Dessa maneira, a partir de suas interligações, as regiões precisam ser avaliadas de modo mais amplo, até por conta das hierarquias e funcionalidades.

Nesse caso, destaca-se que os economistas clássicos não chegaram a uma definição clara sobre região, mas apenas com indicações sobre as restrições de contiguidades e a existência de um espaço geográfico, que, neste caso, seriam os territórios nacionais. Assim, a noção de espaço diferencia-se de região por conta de suas limitações de contiguidade, já que, neste contexto, precisa-se de uma fronteira, enquanto naquele pode haver descontinuidades (SOUZA, 2009).

Ainda com relação ao conceito de espaço, Santos (1994) considera o espaço como uma dimensão de realidade produzida e reproduzida a partir das relações sociais.

A base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares (Santos, 1994).

Sobre essa questão, Boudeville (apud SOUZA, 2009) ainda acrescenta que o espaço pode ser geográfico, matemático ou econômico. O geográfico justifica-se por suas “[...] condições naturais de solo, clima e de acessibilidade aos homens, sem considerações técnicas ou econômicas”. Já o matemático, por sua compreensão acerca da independência entre as variáveis econômicas e as geográficas. Por fim, o econômico, pela análise da localização em si e a incorporação de avaliações sobre as relações entre os “[...] comportamentos de produtores e consumidores” (SOUZA, 2009, p. 13-14).

A esses pontos, Perroux (apud PIRES, 2011, p. 595) acrescenta algumas

discussões sobre a visão euclidiana do espaço, diante da substituição da ideia da tridimensionalidade do espaço da economia, “[...] criando o conceito de espaço econômico, o qual se constitui de um conjunto de relações abstratas, não relacionadas diretamente à localização geográfica”. O autor ainda aponta três conceitos sobre espaço econômico, conforme o Quadro 1.

Cabe destacar que essas discussões não resultam em assumir que os conceitos

entre espaço e região sejam excludentes, uma vez que uma região pode ser de planejamento e polarizada (PIRES, 2011).

Todavia, na comparação entre os dois conceitos, percebe-se que o de *região* acaba sendo o mais flexível, uma vez que “[...] de um lado, a noção de região desaparece, para ceder lugar à noção de organização espacial; e, de outro, a região fica definida em termos de um problema específico a ser tratado, em um dado momento” (SOUZA, 2009, p. 13).

Quadro 1: Características dos três tipos de espaço, de acordo com as definições de Perroux.

Espaço	Característica
Espaço de planejamento	Trata-se da delimitação geográfica baseada na área de atuação de uma firma ou órgão público. Neste caso, a partir do momento em que um órgão público ou privado se apresenta para exercer certa atividade nesta área, sua delimitação territorial se mostra importante para o processo de planejamento, bem como a própria análise e compreensão acerca dos resultados a serem gerados por possíveis atividades a serem propostas para a localidade em questão.
Espaço polarizado	Relaciona-se a um espaço econômico diferenciado, hierarquizado e articulado de forma funcional, constituído por concentrações de população e de produção que tendem a gerar efeitos de atração e de repulsão sobre as demais regiões.
Espaço homogêneo	Refere-se a um espaço em que se pode estabelecer uma relação de identidade por suas semelhanças e, simultaneamente, uma diferença entre as demais regiões a serem comparadas. Ou seja, refere-se àquele em que, ao se adotar uma ou mais variáveis relevantes, percebe-se uma relação de identidade entre as áreas e, ao mesmo tempo, uma diferença com outras áreas.

Fonte: LINO, 2021. Adaptado pelos autores.

Assim, ressalta-se que essa discussão é importante para refletir sobre o processo de formação de uma região, como a Centro-Oeste do Espírito Santo, especialmente pela compreensão acerca dos fatos que culminaram na sua delimitação, imposta pela Lei n. 9.768, promulgada em 2011 (ESPÍRITO SANTO, 2011), bem como os próprios fatos que levaram à consolidação de Colatina como uma cidade polo.

2.2 OS NÍVEIS DE POLARIZAÇÃO E OS CONCEITOS DE CIDADES POLOS

Como forma de discutir o processo de formação e os atuais níveis de polarização de cidades brasileiras, como Colatina, é importante considerar algumas iniciativas realizadas no país, no intuito de mapeá-las e hierarquizá-las, como as desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no estudo

intitulado “Regiões de Influência das Cidades – REGIC”. Esse estudo, elaborado em 2018, encontra-se na quinta edição, cujas demais foram realizadas nos anos de 1972, 1987, 1993 e 2007. Entre os objetivos, está o de compreender a “[...] evolução histórica do fenômeno urbano no país, sobretudo das relações entre centros urbanos” (IBGE, 2018a).

Entre as fundamentações teóricas, encontram-se trabalhos, como os de Christaller (1966), sobre a Teoria das Localidades Centrais. Isso porque, o autor aborda a distribuição, o tamanho e a quantidade de núcleos de povoamento, e avalia as formas de funcionamento de suas economias de mercado, apontando para o fato de que seus assentamentos funcionam a partir de uma localidade central (IBGE, 2018b).

Nesse sentido, o trabalho do IBGE baseia-se em uma série de informações primárias e secundárias, de modo a

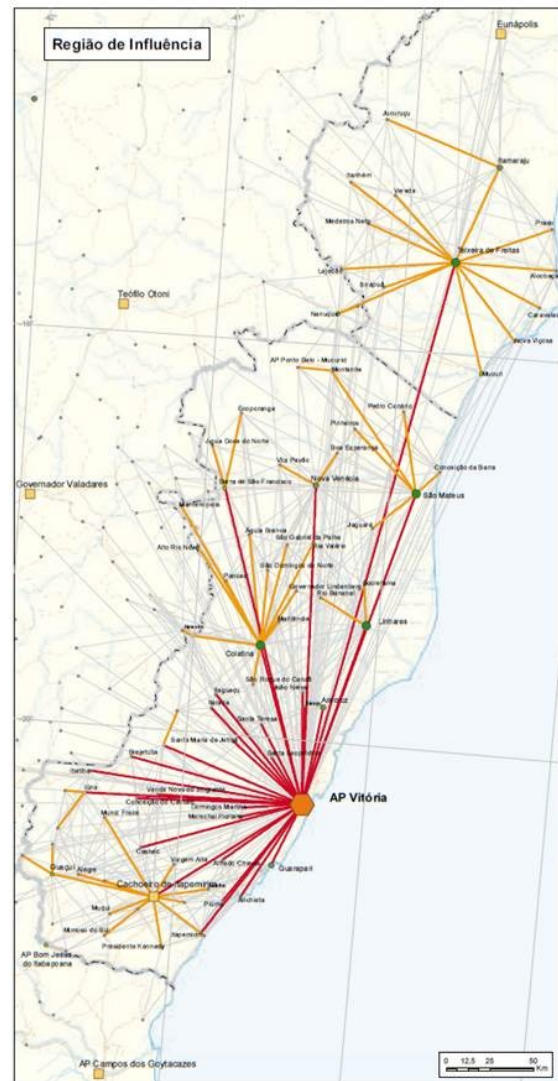
hierarquizar as cidades brasileiras e classificar os diferentes centros urbanos (IBGE, 2018b).

Por meio desse estudo, foram estabelecidas as ligações entre as cidades, considerando, especialmente, as delimitações das áreas de influência dos centros urbanos e o estabelecimento da articulação de suas redes no território. Para tanto, foram considerados os níveis de centralidade da gestão federal (poderes executivo e judiciário) e econômica dos municípios brasileiros, além de estudos complementares sobre os equipamentos e os serviços ofertados, tais como saúde, educação e comunicação (IBGE, 2018b).

Para compreender os resultados apresentados pelo trabalho do IBGE, destaca-se que os resultados foram apresentados, de modo que as cidades brasileiras fossem classificadas em cinco níveis: 1) Metrôpoles (grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole); 2) Capital regional (A, B e C); 3) Centro sub-regional (A e B); 4) Centro de zona (A e B); e 5) Centro local (IBGE, 2018b).

Os dados identificados e consolidados para a cidade de Vitória, que, por sua vez, foi classificada como uma Metrôpole 1 C e trata-se da região com maior área de influência no Espírito Santo, podem ser constatados na Figura 1.

Figura 1: Regiões de Influência do Espírito Santo



Fonte: IBGE, 2018b.

Ainda sobre os resultados apresentados para a área de influência da cidade de Vitória, nota-se, em um segundo nível, Cachoeiro de Itapemirim, que foi classificada como uma Capital Regional C. Além desta, destacam-se, ainda, as cidades de Colatina, Linhares, São Mateus e Teixeira de Freitas (que, apesar de se localizar na Bahia, é fortemente influenciada por Vitória), as quais foram classificadas como centros sub-regionais A. Também sob a influência da cidade de Vitória, encontram-se municípios, como Aracruz, Guarapari, Itamaraju (também localizado na Bahia) e Nova Venécia, classificados como centros sub-regionais B. Nesta relação de cidades influenciadas por

Vitória ainda se encontram: Barra de São Francisco (ES), Guaçuí (ES), Mucuri (BA) e Nanuque (MG), classificadas como Centros de Zona A; e Afonso Cláudio (ES), Baixo Guandu (ES), Iúna (ES) e Montanha (ES) como Centros de Zona B (IBGE, 2018b).

Esses resultados demonstram como o nível de relacionamento entre as cidades capixabas, especialmente a partir do ponto de vista da relação com a cidade de Vitória, é influenciado por suas principais infraestruturas de transportes, sobretudo a rodoviária. Isso porque a maioria dessas cidades encontra-se conectada com Vitória por meio de vias, como as BRs 101, 262 e 259, o que, neste caso, facilita a própria conexão com áreas de Minas Gerais e Bahia.

Entre essas rodovias, destacam-se os resultados da influência da BR 101, que interliga Vitória a cidades, como Aracruz, Linhares, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim, além de Teixeira de Freitas. Há também cidades no noroeste do Estado, que acabam sendo influenciadas pelo fluxo na BR 259 e por sua conexão com Colatina. Também podem ser citados os municípios do Caparaó, no sudoeste do território estadual, que se conectam a Vitória por meio das rodovias BR 262 e 482.

Contudo, no extremo oeste do Estado, por não haver vias importantes estruturadas e que fazem a conexão direta entre suas áreas ao norte (Noroeste) e ao sul (Sudoeste), o relacionamento entre essas cidades fica limitado, como na relação entre as cidades de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho é desenvolvido mediante leitura e análise de diversos materiais bibliográficos, que tratam do processo de formação e das delimitações geográficas das regiões do Espírito Santo, sobretudo a Microrregião Centro-Oeste.

Além desses debates, também se pretende analisar o processo de formação e o nível de centralidade da cidade de Colatina, buscando tratar, especialmente, os elementos que contribuíram para a origem das atividades que levaram à concentração de bens e serviços e ao exercício de sua polarização sobre as cidades do entorno.

Entre as bases de dados a serem consultadas, além de referências que trataram sobre o histórico da Microrregião, encontram-se levantamentos cartográficos sobre as delimitações da Microrregião e de seus respectivos municípios, bem como seus quantitativos populacionais, especialmente em um período mais recente, após os anos de 1960.

Já para representar a importância, tanto da Região quanto do município de Colatina para o Espírito Santo, serão retratados os resultados e suas respectivas contribuições para as totalidades do Estado, com dados atuais relacionados aos aspectos geográficos (área) e econômicos (PIB, empregos, estabelecimentos formais, finanças municipais – receitas e despesas, e comércio exterior – exportação e importação).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O ESPÍRITO SANTO E SUAS MICRORREGIÕES

Como tratado por Lino (2021) e consolidado no Quadro 1, diante do tratamento sobre “espaço de planejamento”, definido por Perroux, segmentar um determinado território em partes contribui para uma melhor análise e gerenciamento acerca de suas características, bem como para a identificação de suas necessidades.

Nesse sentido, o Espírito Santo, com seus 78 municípios em sua última delimitação territorial, foi dividido em dez microrregiões administrativas, distribuídas em quatro macrorregiões, de acordo com a Lei n. 9.768, de 28 de dezembro de 2011. Além disso, ressalta-se que essa divisão foi atualizada por meio da Lei n. 11.174, de 25

de setembro de 2020, que retirou o município de Jerônimo Monteiro da Microrregião Central Sul e o inseriu na Caparaó.

Cabe destacar que a própria lei de 2011 preconiza elementos associados à melhor gestão do território, mediante segmentação do Estado em microrregiões, ao apontar que, entre seus objetivos, estão os de:

I - estimular a participação social na definição das diretrizes e políticas regionais; II - respeitar e compatibilizar a ação regional levando em consideração as suas repercussões locais e o ajuste necessário às peculiaridades dos municípios que compõem cada região, de modo a promover o desenvolvimento integrado entre municípios e regiões; III - criar referências comuns do ponto de vista do espaço para todos os órgãos da administração estadual; IV - elevar a qualidade dos serviços prestados, visando à integração de planos, recursos físicos e financeiros e de ações em parceria com os demais níveis do Poder Público; V - afirmar o processo de planejamento democrático

e participativo; VI - estabelecer, com transparência, as ações norteadoras da descentralização regional; VII - promover a integração das ações intersetoriais; e VIII - estimular o desenvolvimento econômico e social em bases regionais (ESPÍRITO SANTO, 2011, *on-line*).

Além disso, entre os fatos que o governo estadual utilizou para essa segmentação, tanto para definição das macrorregiões como das microrregiões, estão:

I - elementos estratégicos, ancorados em tendências de peso e em fatos portadores de futuro; II - seus fatores dinâmicos vinculados a cadeias produtivas, estrutura logística de transporte e comunicações e hierarquia urbana; e III - capacidade de geração e retenção de renda nos espaços regionais, interiorizando o urbano e os serviços (ESPÍRITO SANTO, 2011, *on-line*).

A divisão administrativa do Espírito Santo, em macro e microrregiões, pode ser observada mediante o Quadro 2 e a Figura 2.

Quadro 2: Divisão do Espírito Santo em macro e microrregiões, com a relação de municípios, quantidade de habitantes e PIB (2018).

Macrorregiões	Microrregiões	Municípios	Número de municípios	População (2018)		PIB em milhões R\$* (2018)	
				Absoluto	%	Absoluto	%
Metropolitana	Metropolitana	Cariacica; Fundão; Guarapari; Serra; Viana; Vila Velha; Vitória	7	1.951.673	49,1	79.521,17	55,9
	Central Serrana	Itaguaçu; Itarana; Santa Leopoldina; Santa Maria de Jetibá; Santa Teresa	5	100.269	2,5	2.621,46	1,8
	Sudoeste Serrana	Afonso Cláudio; Brejetuba; Conceição do Castelo; Domingos Martins; Laranja da Terra; Marechal Floriano; Venda Nova do Imigrante	7	141.675	3,6	2.947,50	2,1
Sul	Litoral Sul	Alfredo Chaves; Anchieta; Iconha; Itapemirim; Marataizes; Piúma; Presidente Kennedy; Rio Novo do Sul	8	173.656	4,4	18.033,73	12,7
	Central Sul	Apiacá; Atilio Vivacqua; Cachoeiro de Itapemirim; Castelo; Mimoso do Sul; Muqui; Vargem Alta	7	326.754	8,2	7.556,12	5,3
	Caparaó	Alegre; Bom Jesus do Norte; Divino de São Lourenço; Dores do Rio Preto; Guaçuí; Ibatiba; Ibitirama; Irupi; Iúna; Jerônimo Monteiro; Muniz Freire; São José do Calçado	12	198.980	5,0	3.231,22	2,3
Central	Rio Doce	Aracruz; Ibraçu; João Neiva; Linhares; Rio Bananal; Sooretama	6	347.106	8,7	13.518,00	9,5
	Centro-Oeste	Alto Rio Novo; Baixo Guandu; Colatina; Governador Lindenberg; Marilândia; Pancas; São Domingos do Norte; São Gabriel da Palha; São Roque do Canaã; Vila Valério	10	280.889	7,1	6.611,36	4,7

Norte	Nordeste	Boa Esperança; Conceição da Barra; Jaguaré; Montanha; Mucurici; Pedro Canário; Pinheiros; Ponto Belo; São Mateus	9	289.128	7,3	5.184,18	3,6
	Noroeste	Água Doce do Norte; Águia Branca; Barra de São Francisco; Ecoporanga; Mantenópolis; Nova Venécia; Vila Pavão	7	162.258	4,1	2.910,25	2,0
Total			78	3.972.388	100,0	142.134,99	100,0

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2021; IBGE, 2018c; IJSN, 2021. Elaborado pelos autores.

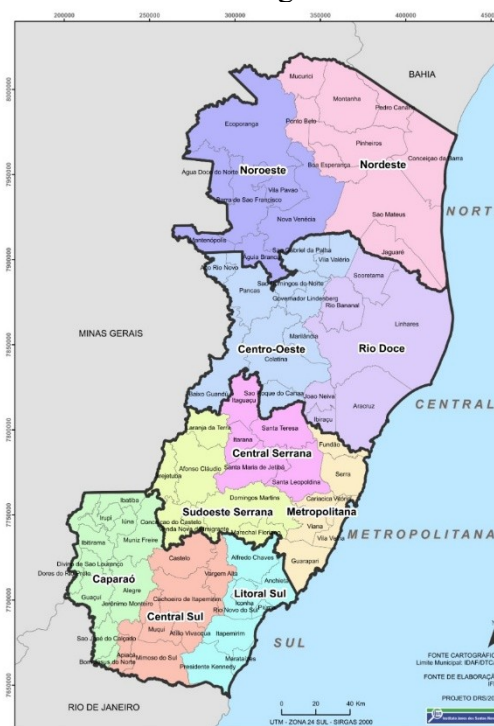
Entre as microrregiões do Espírito Santo, destacam-se os resultados apresentados pela Metropolitana, até por sua representatividade em termos populacionais e econômicos. Isso porque a Região concentra, praticamente, metade da população e do PIB do Estado.

Esses fatos contribuem para compreender a centralidade exercida por Vitória, entre as diferentes cidades capixabas, como apontado pelo trabalho do REGIC, do IBGE.

Além da Região Metropolitana, outras regiões capixabas merecem ser mencionadas, até pela presença de municípios importantes para a economia estadual. Entre elas, está a Central Sul, em função da presença do município de Cachoeiro de Itapemirim; a Rio Doce, pelo fato de abarcar Aracruz e Linhares; a Nordeste, por conter São Mateus; e, por fim, a Centro-Oeste, por ter Colatina.

Neste caso, ressalta-se a questão da microrregião Centro-Oeste e a presença do município de Colatina, pelo fato de esta ser o principal objeto deste trabalho.

Figura 2: As delimitações dos municípios do Espírito Santo em macro e microrregiões.



Fonte: DRS, 2020.

4.2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE

O processo de ocupação e a formação dos municípios que compõem a microrregião Centro-Oeste podem ser compreendidos por alguns marcos históricos, cuja origem, na maioria dos casos, ultrapassa seus próprios limites territoriais. Essa constatação se justifica uma vez que muitos dos eventos que ocorreram ao longo da história do Estado, de algum modo, acabaram interferindo na dinâmica regional, seja da Centro-Oeste, seja de qualquer outra, principalmente na

relação com regiões limítrofes, como a Rio Doce.

Nesse sentido, vale destacar que, até o início do século XIX, a população capixaba encontrava-se muito concentrada no litoral do ES. Desde que determinado o limite da capitania do ES, seria então responsabilidade do donatário explorá-la, sob pena de perder seu domínio. Em seu território, Vasco Coutinho encontrou desafios que foram além da escassez financeira e de população, a qual, em sua maioria, concentrava-se no litoral como forma de proteção, pois temia os constantes ataques indígenas e de outros invasores, como franceses e holandeses, que buscavam a entrada na costa espírito-santense, passando, então, pela dificuldade de adentrar a densidade das florestas (Pontes, 2007). As áreas a oeste caracterizavam-se, em grande parte, por serem devolutas. Foram vários os motivos, então, que levaram o Estado a ocupar seu interior de maneira tardia, quando comparado a outras regiões mais próximas ao litoral do país. Entre eles, além dos já mencionados, encontram-se as limitações impostas pela Coroa para implementação de uma infraestrutura terrestre diante do entendimento sobre a importância de preservar o acesso às áreas de extração de ouro, em Minas Gerais, além do perfil dos indígenas que ocupavam essas regiões e que, em grande parte, lutaram contra o processo de colonização do território. Além disso, há de se considerar a própria dimensão do território brasileiro, com as diversidades de clima e de relevo, o que acaba dificultando o processo de ocupação em determinadas áreas do país.

Entretanto, para essas discussões, a partir da análise conjunta com outras regiões, como a Rio Doce, é importante considerar três elementos em comum. O primeiro é o próprio Rio Doce, elemento natural que apresentou certo nível de navegabilidade nos primeiros anos de ocupação das duas regiões. O segundo é a Estrada de Ferro Vitória-Minas, cuja

implantação original, em 1906, foi influenciada pela expansão da atividade cafeeira pelo interior capixaba, cujo propósito também visava ao escoamento da produção mineira para o Porto de Vitória. O terceiro é a construção da rodovia BR 259, caracterizada por ser uma das principais vias de acesso do Espírito Santo às regiões de Minas Gerais, em conjunto com a BR 262.

A partir da análise desses três elementos, é importante considerar que, ao tentar superar o período em que esteve na história sobre a condição de barreira natural ao contrabando de ouro, com as descobertas de ouro em Minas Gerais e a proibição de aberturas de estradas no ES, observou-se, no Rio Doce, uma possibilidade com a navegabilidade para abertura ao comércio por esse rio. Com a assinatura do Auto de 1800, Silva Pontes contribuiu para a povoação ao longo do rio e a implantação de quartéis militares, de modo a garantir a proteção dessa região e inibir possíveis contrabandos (MORAES, 1971).

Além disso, com a expansão da atividade cafeeira no Espírito Santo, originada, sobretudo, de agricultores vindos de estados, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, a Microrregião Centro-Oeste acabou se inserindo nesse processo de ocupação do Estado, de modo que o Rio Doce veio a se tornar uma barreira natural para essa ocupação devido às dificuldades para sua transposição.

Em sequência ao avanço da ocupação, o funcionamento da Estrada de Ferro Vitória-Minas contribuiu para o fortalecimento e a centralidade em torno da cidade de Colatina, cujo desempenho populacional, nos anos subsequentes, acabaria levando-a a se tornar uma das cidades mais populosas do Espírito Santo. Registra-se, ainda, o próprio processo de alteração na sede do até então município de Linhares, que veio a migrar para Colatina, em 1921, 15 anos após a inauguração da referida estrada.

A implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas também viabilizou a construção da ponte Florentino Avidos, inaugurada em 1928, sendo a primeira a transpor o Rio Doce. Essa ponte, inicialmente prevista para compor o sistema ferroviário capixaba, acabou se tornando, em função de problemas nas obras, um projeto rodoviário. Ressalta-se a importância dessa estrutura para o processo de ocupação das regiões a noroeste do Espírito Santo, considerando que a maioria se encontrava desocupada diante das dificuldades em transpor o Rio Doce.

Devido à baixa ocupação na região a noroeste do Espírito Santo, os limites com o estado vizinho, Minas Gerais, só vieram a ser estabelecidos posteriormente, em 1963. As Figuras 3 e 4 ilustram o processo de delimitação da Microrregião Centro-Oeste, desde 1872 até os dias atuais.

Porém, pouco antes, em 1962, o governo federal, diante dos baixos preços do café no mercado internacional e da necessidade de controlar o sistema de produção, implementou uma política voltada a estimular a erradicação dos cafezais, considerados improdutivos, mediante pagamentos de indenização. Pelo nível de dependência da cafeicultura na economia capixaba, o Espírito Santo tornou-se um dos estados mais atingidos do país, o que trouxe uma série de consequências negativas, do ponto de vista social e econômico, para sua população.

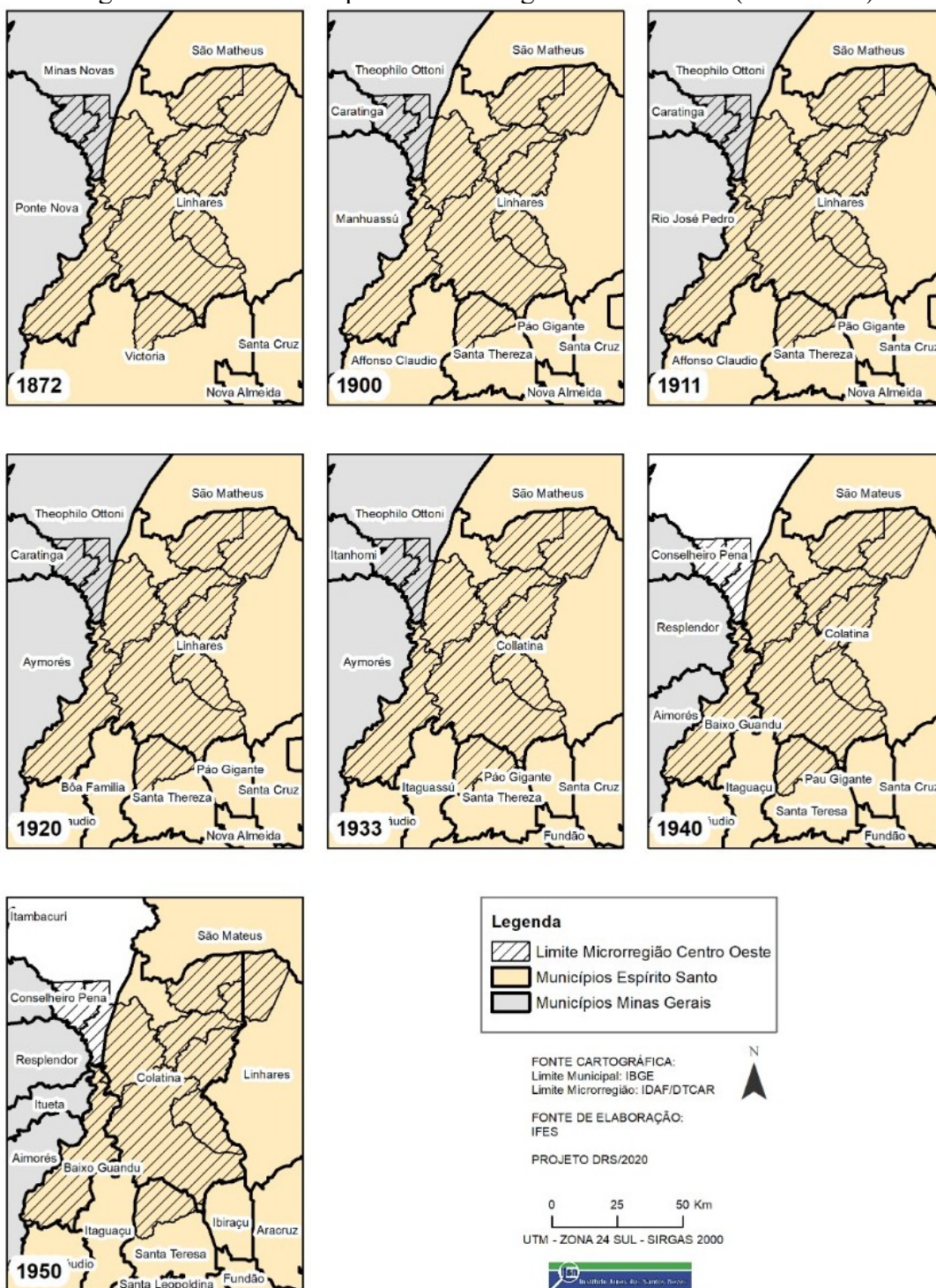
Após essa política governamental de erradicação dos cafezais, algumas medidas voltadas para estimular a economia capixaba foram efetivadas, entre as quais os projetos para a agregação de valor à produção local, que, por sua vez, acabaram

contribuindo para o desenvolvimento das atividades de confecções e da construção do Frigorífico Rio Doce S/A (Frisa), localizados, sobretudo, na cidade de Colatina.

Diante dos desafios gerados no território capixaba e a partir das políticas governamentais nos anos que se sucederam, grandes projetos industriais e de infraestrutura foram desenvolvidos no Estado. No caso dos projetos de infraestrutura, destacam-se as reformas e as adaptações da Estrada de Ferro Vitória-Minas, iniciada nos anos de 1950 e finalizada em meados dos anos de 1960, para atender a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – atual Vale – no escoamento da produção de minério de ferro até o Porto de Vitória, mediante projeto de integração ferrovia-indústria-porto. Essa construção permitiu o desenvolvimento de diversas cidades ao longo de seu trajeto, dentre as quais estão Colatina e Baixo Guandu. Nesse mesmo intervalo, ressalta-se a construção da rodovia BR 259, que fortaleceu a integração do território capixaba com Minas Gerais e as demais regiões a oeste do país.

Quanto aos projetos industriais, sobressaem-se aqueles localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória e proximidades, tais como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST, atual Arcelor Mittal), em Vitória e Serra; a Aracruz Celulose (atual Suzano), em Aracruz; e a Samarco Mineração, em Anchieta. Tais projetos industriais, em conjunto com as políticas de erradicação dos cafezais, acarretaram uma forte migração populacional das áreas rurais para as urbanas, especialmente para as cidades localizadas na Região Metropolitana.

Figura 3: Limite municipal da Microrregião Centro-Oeste (1872-1950)



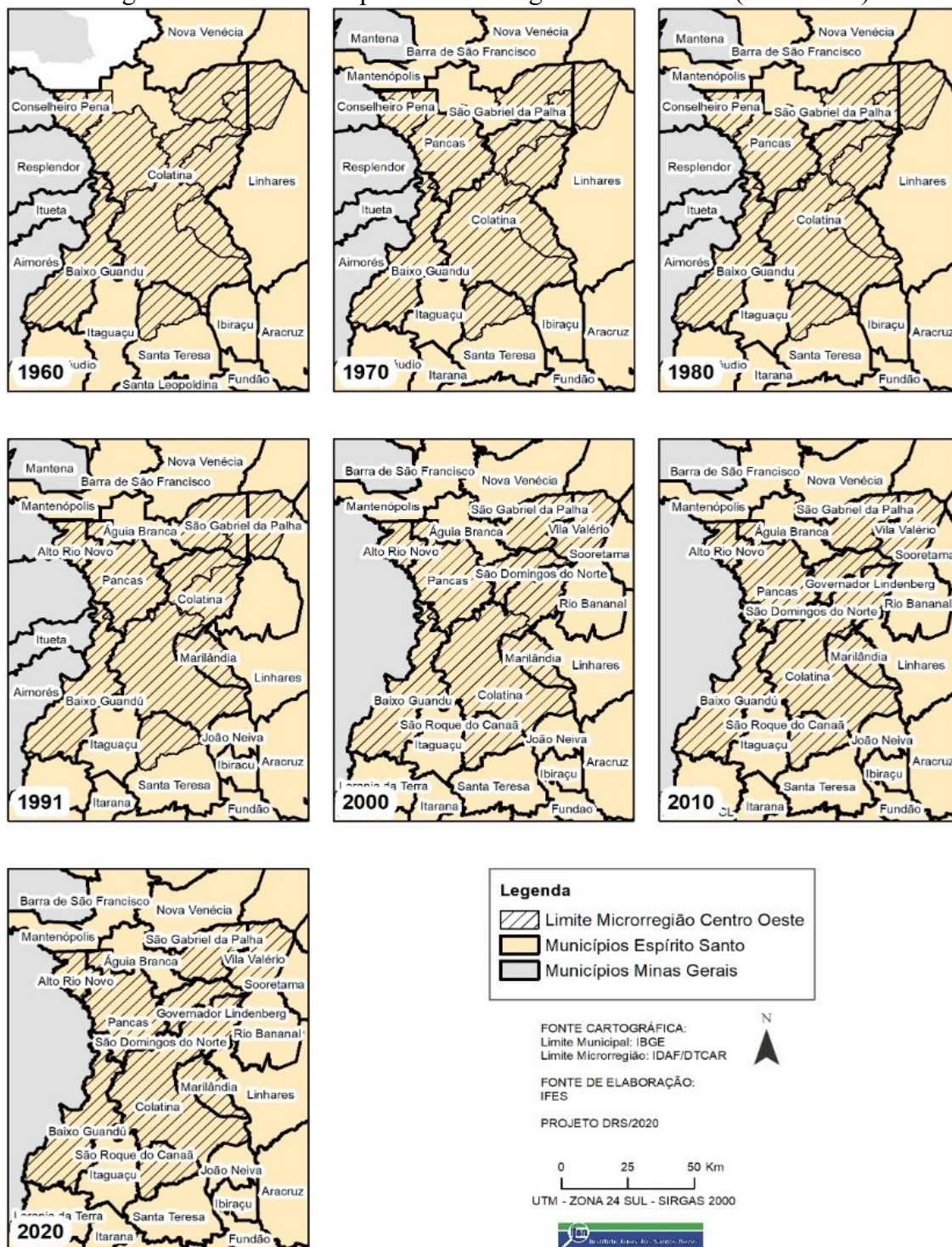
Fonte: DRS, 2020.

Ao longo do tempo, com os desafios enfrentados pelo norte do Espírito Santo, em períodos de estiagem, a região ao norte do Rio Doce foi incorporada à área da Superintendência de Desenvolvimento do

Nordeste (SUDENE), em 1998. As vantagens concedidas à Microrregião, com exceção de São Roque do Canaã, estão, em grande parte, associadas à concessão de

benefícios fiscais e de créditos subsidiados mediante atuação do Banco do Nordeste.

Figura 4: Limite municipal da Microrregião Centro-Oeste (1960-2020)



Fonte: DRS, 2020.

Já em um período mais recente, um fato que marcou profundamente a realidade da região localizada nas proximidades do Rio Doce foi o rompimento da barragem de Fundão, na unidade de Germano, da

empresa Samarco Mineração, localizada em Mariana-MG. Esse acidente trouxe uma série de consequências negativas para a Microrregião, tanto do ponto de vista ambiental como do social e do econômico.

Uma síntese dos principais marcos da história da Microrregião Centro-Oeste

pode ser observada mediante análise do Quadro 3.

Quadro 3: Principais marcos da história da Microrregião Centro-Oeste

Período	Século XIX		1900 - 1930		1960 - 1970			1998 - 2015		
	Ano	1800	1866	1906	1928	1962	1963	1966	1973	1998
Fato	Linhares como proteção militar	Chegada de mineiros e fluminenses	Construção da EFVM	Construção da Ponte Florentino Avidos	Política de erradicação dos cafezais	Delimitação estadual ao Norte do Rio Doce	Conclusão do projeto ferroviário-indústria-porto, com a adaptação da EFVM para atender a CVRD	Construção da rodovia BR 259	Inserção dos municípios na Sudene	Acidente de Mariana e impactos no Rio Doce

Fonte: DRS, 2020.

Além disso, o processo de constituição dos dez municípios que compõem a Microrregião, a partir de informações, como a legislação, a data de criação e suas proveniências, podem ser observadas no Quadro 4. Nesse quadro, é possível notar que quase todos os

municípios da Região se emanciparam de Colatina, com exceção de São Roque do Canaã e Vila Valério. Ou seja, o próprio processo de formação dos demais nove municípios reforçam a origem da centralidade e da polarização de Colatina.

Quadro 4: Formação dos municípios

Municípios	Lei de criação	Data da criação	Data da instalação	Proveniência
Alto Rio Novo	Lei Estadual n.º 4.071	11/05/1988	01/01/1989	Colatina/Pancas
Baixo Guandu	Lei Estadual n.º 6.152	10/04/1935	08/06/1935	Colatina
Colatina	Lei Estadual n.º 1.317	30/12/1921	21/08/1833	-
Governador Lindenberg	Lei Estadual n.º 5.638	11/05/1998	01/01/2001	Colatina
Marilândia	Lei Estadual n.º 3.345	14/05/1980	31/03/1983	Colatina
Pancas	Lei Estadual n.º 1.837	21/02/1963	13/05/1963	Colatina
São Domingos do Norte	Lei Estadual n.º 4347	30/03/1990	01/01/1993	Colatina
São Gabriel da Palha	Lei Estadual n.º 1837	21/02/1963	14/05/1963	Colatina
São Roque do Canaã	Lei Estadual n.º 5147	18/12/1995	01/01/1997	Santa Teresa
Vila Valério	Lei Estadual n.º 4892	28/03/1994	01/01/1997	Linhares/São Gabriel da Palha

Fonte: IBGE, 2020.

O quantitativo populacional dos municípios da Microrregião Centro-Oeste, a partir dos anos 1960, especialmente por conta dos processos de emancipação, pode ser verificado na Tabela 1. Com base nesses dados, é possível notar a queda na população de Colatina, que passou de 152.807 habitantes, em 1960, para 121.580, em 2018.

O total da Região foi de 180.987 habitantes, em 1960, para 280.889, em 2018. Esse resultado, embora crescente do ponto de vista quantitativo, foi reduzido em termos relativos na comparação com o Estado, uma vez que a participação percentual da Região no total do Espírito

Santo passou de 12,76%, em 1960, para 7,07%, em 2018 (Ver Tabela 1).

Além disso, pela análise dos resultados por década, percebe-se que, entre os levantamentos censitários de 1980 e 1991, a Microrregião Centro-Oeste registrou uma Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) negativa, diferentemente do que foi constatado na totalidade do Estado, ou do próprio país, para esse período, conforme pode ser observado no Gráfico 1. Importante pontuar, ainda, que a Microrregião só viria a apresentar taxas de crescimento anual próximas às observadas no Estado e no país a partir de 1991. Tal decréscimo tem início com a crise do café,

nos anos de 1960, que faz com que a população de municípios ainda muito ruralizados migre para os centros urbanos mais prósperos. À época, pode-se perceber

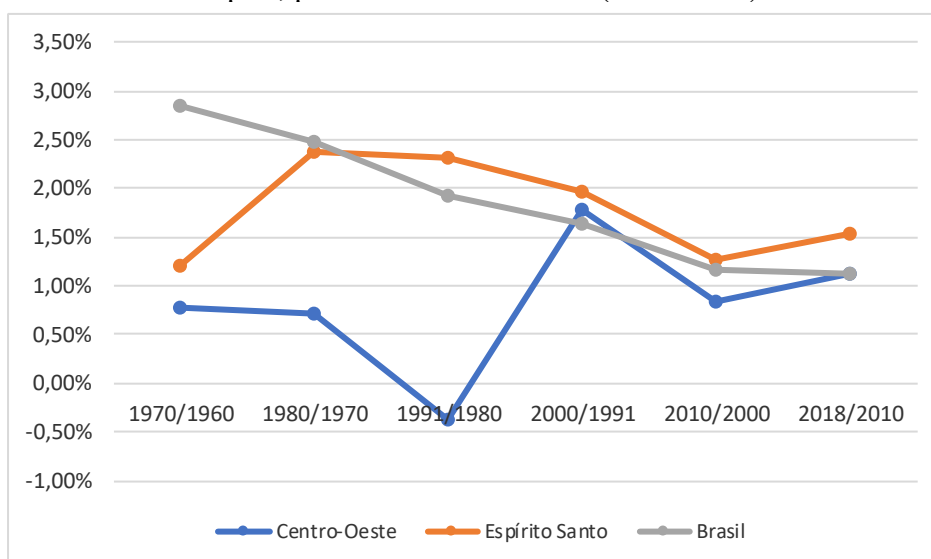
o fortalecimento do modelo econômico da Região Metropolitana da Grande Vitória. (ALBANI; 2012)

Tabela 1: Desempenho da população por município (1960-2018)

Local	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2018
Alto Rio Novo	-	-	-	7.488	6.964	7.317	7.798
Baixo Guandu	28.180	26.958	25.933	27.121	27.819	29.081	30.862
Colatina	152.807	105.096	111.678	106.845	112.711	111.788	121.580
Governador Lindenberg	-	-	-	-	-	10.869	12.535
Marilândia	-	-	-	9.004	9.924	11.107	12.700
Pancas	-	28.117	30.095	21.004	20.402	21.548	23.059
São Domingos do Norte	-	-	-	-	7.547	8.001	8.589
São Gabriel da Palha	-	35.439	42.296	30.148	26.588	31.859	37.361
São Roque do Canaã	-	-	-	-	10.395	11.273	12.318
Vila Valério	-	-	-	-	13.875	13.830	14.087
Centro-Oeste	180.987	195.610	210.002	201.610	236.225	256.673	280.889
Espírito Santo	1.418.348	1.599.324	2.023.338	2.600.618	3.097.232	3.514.952	3.972.388
Participação % da região no total do ES	12,76	12,23	10,38	7,75	7,63	7,30	7,07

Fonte: IPEADATA, 2020; IBGE, 1970-2010.

Gráfico 1: Comparativo da TGCA apresentada pela população da Microrregião, do Estado e do país, por intervalo censitário (1960-2018).



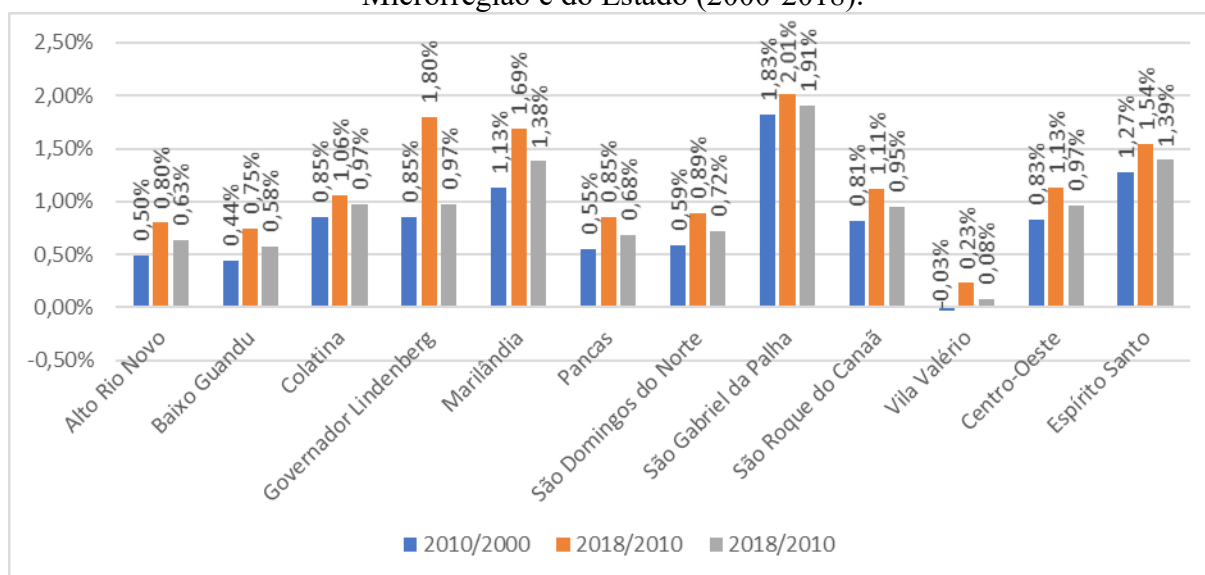
Fonte: IPEADATA, 2020; IBGE, 1970-2010.

Quanto à análise por município, específica para um período mais recente (diante da quantidade de emancipações verificadas nos anos anteriores), pode-se notar que São Gabriel da Palha foi o único caso da Região com TGCA, para sua população, entre os anos de 2000 e 2018, superior às apresentadas pelo Estado. Dentre os menores resultados, registra-se o caso de Vila Valério, cujo desempenho, entre os Censos de 2000 e 2010, foi de uma

pequena queda, próximo a zero, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Em relação à densidade demográfica, detalhada na Tabela 2, é possível verificar que os maiores resultados foram registrados em Colatina, com 86,95 habitantes por km², e São Gabriel da Palha, com 85,91 habitantes por km². Por outro lado, o menor valor ocorreu em Pancas, com 27,52 habitantes por km².

Gráfico 2: Comparativo da TGCA apresentada pela população dos municípios, da Microrregião e do Estado (2000-2018).



Fonte: IPEADATA, 2020; IBGE, 1970-2010.

Nota: Para o ano de 2020, trata-se de uma estimativa elaborada pelo IBGE; para Colatina e Governador Lindenberg, no intervalo entre 2000 e 2010, o resultado foi estimado a partir da soma dos dois municípios.

Tabela 2: Habitantes por km².

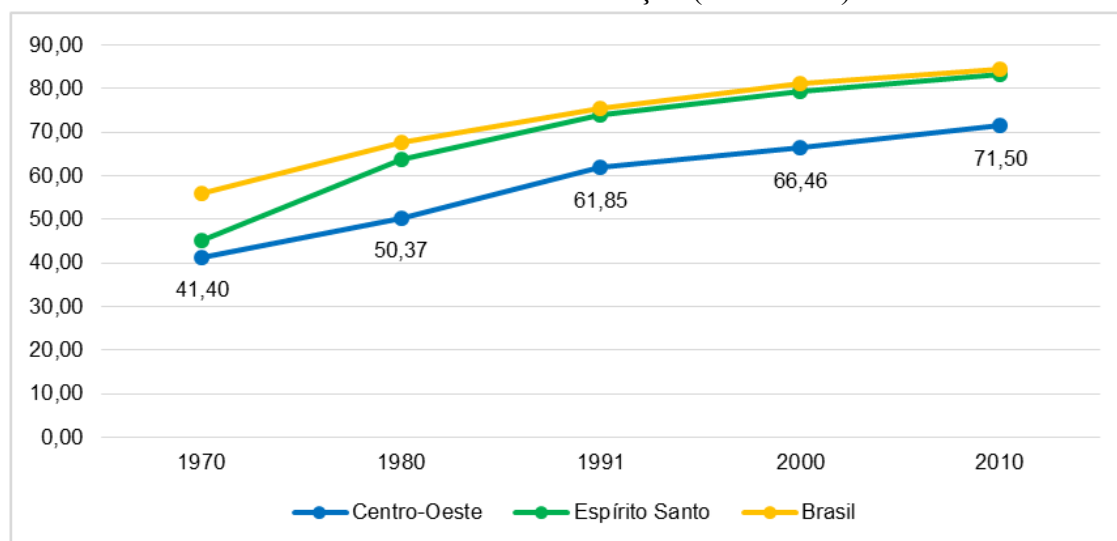
Local	População 2018	Área (em km ²)	Habitantes por km ²
Alto Rio Novo	7.798	227,62	34,26
Baixo Guandu	30.862	909,04	33,95
Colatina	121.580	1.398,22	86,95
Governador Lindenberg	12.535	360,02	34,82
Marilândia	12.700	327,64	38,76
Pancas	23.059	837,84	27,52
São Domingos do Norte	8.589	298,58	28,77
São Gabriel da Palha	37.361	434,89	85,91
São Roque do Canaã	12.318	341,94	36,02
Vila Valério	14.087	470,34	29,95
Centro-Oeste	280.889	5.606,13	50,10
Espírito Santo	3.972.388	46.074,50	86,22

Fonte: IPEADATA, 2020; IBGE, 2018c

No total da região Centro-Oeste, a densidade populacional, em 2018, foi igual a 50,10 habitantes por km², ou seja, desempenho inferior ao do Estado, que foi de 86,22 habitantes por km².

Entre as mudanças verificadas no perfil da população, especialmente a partir da política de erradicação dos cafezais, está a alteração na situação dos domicílios dos habitantes. Nesse sentido, destaca-se que a taxa de urbanização dos habitantes da Microrregião Centro-Oeste passou de 41,40%, em 1970, para 71,50%, em 2010, conforme descrito no Gráfico 3. Além disso, vale ressaltar que, mesmo com o avanço constatado na Microrregião, esses valores ainda foram inferiores aos verificados pelo Espírito Santo, que apresentava 83,4% da população morando em área urbana, em 2010. Desse modo, a Microrregião Centro-Oeste, diante da representatividade de sua população urbana, caracteriza-se por ser mais rural que as demais regiões do Estado ou mesmo do país.

Gráfico 3: Taxa de urbanização (1970-2020).



Fonte: IBGE, 1970-2010.

4.3 A REPRESENTATIVIDADE DA MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE NO CONTEXTO ESTADUAL

Atualmente, a Microrregião Centro-Oeste tem uma extensão territorial de 5.606 km², que equivale a 12,1% do território estadual, e uma população de 280.889 habitantes, que corresponde a 7,1% da população do Espírito Santo, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018c). Tais desempenhos permitem concluir que a Região apresenta uma densidade demográfica menor que a média estadual.

Além dessas representatividades, registra-se o fato de a Microrregião contribuir com 4,7% do PIB, 5,9% dos empregos formais e 7,2% dos estabelecimentos formais do Estado, como pode ser observado na Tabela 3. Com base nesses resultados – e comparando com a participação no total de pessoas no Estado (7,1%) – percebe-se que a Região detém um dinamismo econômico inferior à sua contribuição populacional, com exceção para o caso dos estabelecimentos formais. Já essa última situação, ao se considerar a possibilidade de resultados, como a relação

de empregos por estabelecimento, indica que o perfil das empresas formais presentes na Microrregião Centro-Oeste caracteriza-se por ser de porte menor, quando comparado com os daquelas localizadas nas demais regiões do Estado.

Tabela 3: Desempenho dos municípios da Microrregião Centro-Oeste e participação % no total do Espírito Santo, em 2018

Indicador	Resultados da Região	% no ES
Área (em km ²) (2018) ¹	5.606,13	12,1
População (2018) ²	280.889	7,1
PIB – em milhões R\$* (2018) ³	6.611,36	4,7
PIB per capita – em R\$* (2018) ³	23.537,27	-
Empregos formais (2018) ⁴	76.516	5,9
Estabelecimentos formais (2018) ⁴	11.400	7,2
Massa salarial dos empregos formais – em R\$* (2018) ⁴	112.315,81	4,5
MEI (2018) ⁵	14.522	7,1
Receita total – em mil R\$* (2018) ⁶	882.288,28	6,6
Despesa total – em mil R\$* (2018) ⁶	793.560,11	6,6
Exportação – valor FOB – em mil US\$ (2018) ⁷	157.162,74	1,7
Importação – valor FOB – em mil US\$ (2018) ⁷	21.084,82	0,4

Fonte: ¹IPEADATA, 2020; ²IBGE, 2018c; ³IJSN, 2021; ⁴Ministério da Economia, 2021a; ⁵Receita Federal, 2021; ⁶Tesouro Nacional, 2020; ⁷Ministério da Economia, 2021b.

Nota: *A preços médios de 2019.

Cabe destacar, ainda, a relevância da Região para situações que envolvem as finanças municipais, indicadas pelas receitas e despesas totais e comércio exterior (com as exportações e importações), cujas contribuições para as totalidades do Estado também foram inferiores à sua participação na população do Espírito Santo.

4.4 A CONSOLIDAÇÃO DE COLATINA NA CONDIÇÃO DE CIDADE-POLO

Entender como se estruturam os polos da Microrregião Centro-Oeste é fundamental para o planejamento e para a atuação no território. De modo geral, as áreas centrais são aquelas que concentram atividades econômicas e prestação de serviços urbanos, funções sociais e políticas, atraindo parcela relevante dos fluxos diários de pessoas e volume de negócios.

Sob essa ótica de concentração de equipamentos urbanos, é possível constatar a forte influência que o município de Colatina exerce sobre os demais da Microrregião Centro-Oeste. Em comparação com o restante do território, esse município possui melhores condições de infraestruturas urbanas e facilidade de acesso.

Para o entendimento da ocupação do território, é necessário levar em consideração a forma como a população reside e se apropria dos espaços, desenvolvendo nele suas atividades básicas de moradia, trabalho e lazer. É necessário, também, garantir uma proposição sustentável ao desenvolvimento, um dos grandes desafios do século 21.

A definição de desenvolvimento sustentável margeia a reestruturação do pensamento de cidades com a proposição de tecidos mais compactos, menos espalhados, integrados e, conseqüentemente, mais

adensados, buscando a máxima universalização do sistema de infraestrutura e o alcance de uma mesma cidade para todos.

Soma-se a isso a busca pela garantia do cumprimento da função social da cidade e da sua gestão democrática. Grazia (apud RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p. 54) define a gestão democrática como “(...) forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas ao controle e participação social, destacando-se como prioritária a participação popular”. Dessa forma, para o alcance da justiça social, esses princípios exigem, por coerência, que o Estado assuma sua função social, assegurando os direitos urbanos e o acesso igualitário aos bens e serviços e, portanto, o direito à cidade a todos (GRAZIA apud RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p. 55).

Como já mencionado, o tecido das cidades, as quais compõem a Microrregião Centro-Oeste, está definido a partir das infraestruturas ali implantadas. Historicamente, percebe-se grande impulso no surgimento das ocupações, como o ocorrido entre Linhares e Colatina, com a implantação da Ferrovia. As duas cidades possuíam o mesmo limite administrativo e foi a partir da implantação da Ferrovia que a sede de Linhares foi consolidada e emancipada pelo núcleo do então município de Colatina.

A 30 de dezembro de 1921 foi criado o município de Colatina, separado de Linhares, com território que compreendia toda a área então pertencente ao município de Linhares. Linhares acabava de perder sua categoria de sede municipal, passando a ser Vila subordinada a Colatina. Só em 1945 é que Linhares foi desmembrado de Colatina (COLATINA, 2020).

Com relação à análise da distribuição territorial, observa-se que a dinâmica histórica de ocupação e consolidação da área urbana na

Microrregião está diretamente ligada à rede de infraestrutura de transporte, seja ela rodoviária, seja ferroviária, e, ainda, da presença marcante do Rio Doce. Como mencionado, nota-se que os núcleos urbanos estão cortados ou margeados por esse curso natural, o que gerou ou alavancou a expansão em alguns municípios mais do que em outros e, ao mesmo tempo, facilitou o acesso aos serviços que, de alguma forma, não são oferecidos ou são frágeis, reforçando a ideia de centralidade. Como exemplo claro, pode-se citar a cidade de Colatina.

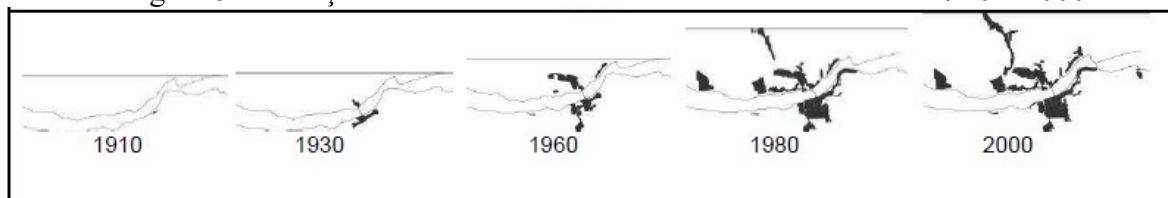
A cidade de Colatina teve o desenvolvimento urbano de seu núcleo principal no entorno das margens do Rio Doce e, posteriormente, com a implantação da Ferrovia e das rodovias BR-259 e ES-080, o tecido foi se expandindo.

A Figura 5, apresentada por Albani (2012), ilustra como a presença do Rio Doce, em Colatina, foi um importante elemento de expansão. Atualmente, além do polo de confecções e da concentração de

comércio e serviços, os quais funcionam como atrativos em função da maior oferta de emprego, a presença de serviços especializados nas áreas de saúde e educação é o que, atualmente, reforça a capacidade de atração da cidade.

Os deslocamentos humanos para o consumo em Colatina são importantes para a caracterização da cidade enquanto polo. A cidade possui uma ampla oferta de serviços médicos, segundo IBGE (2010), tem 93 estabelecimentos de saúde, o que representa a maior quantidade oferecida por uma cidade em toda a região norte do Espírito Santo, e a quinta maior oferta no estado. O setor educacional, grande atrator populacional regional, também possui destaque, o município possui 2 IFES, 2 centros superiores de ensino e uma extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tal oferta contribui para afluxo da população dos municípios vizinhos ao centro de Colatina (ALBANI; MIRANDA, 2013).

Figura 5: Evolução urbana da cidade de Colatina da década de 1910 a 2000



Fonte: ALBANI, 2012.

Albani e Miranda (2013) apresentam conceitos defendidos por Villaça (2001) para a quantidade de geração e atração de deslocamentos que as áreas comerciais e de serviços provocam, “pois nesses locais são acumulados os deslocamentos de força de trabalho e os de consumidores”. Reforçam, ainda, que Colatina, além dos deslocamentos gerados pelo comércio e serviços, oferece aos municípios do entorno “uma confluência viária que associada a uma oferta razoável de transporte coletivo entre os municípios vizinhos (...) assegura uma posição de destaque para a polarização

do espaço na região noroeste do Estado” (ALBANI; MIRANDA, p. 86, 2013).

Com isso, como forma de compreender a importância de Colatina, tanto para a Microrregião Centro-Oeste como para o Espírito Santo, nota-se, na Tabela 4, suas representatividades nos totais do Estado e da Região, em itens associados aos aspectos geográficos, sociais e econômicos.

A partir desses resultados, observa-se que Colatina, embora tenha praticamente um quarto da área da Microrregião Centro-Oeste, concentra 43,28% da população da

Região e praticamente metade da maioria de seus resultados econômicos. Entre esses resultados em que Colatina se destaca por sua representatividade no total da Região, estão temas, como PIB, empregos, estabelecimentos e massa salarial do mercado de trabalho formal, Microempreendedores Individuais (MEIs) e exportações.

Tabela 4: Desempenho de Colatina e suas participações percentuais na Microrregião Centro-Oeste e no Espírito Santo, em 2018

Indicador	Colatina	% na região	% no ES
Área (em km ²) (2018) ¹	1.398,2	24,94	3,03
População (2018) ²	121.580	43,28	3,06
PIB – em milhões R\$ (2018) ³	3.614,8	54,68	2,54
PIB per capita – em R\$ (2018) ³	29.731,7	-	-
Empregos formais (2018) ⁴	44.344	57,95	3,42
Estabelecimentos formais (2018) ⁴	6.133	53,80	3,89
Massa salarial – em R\$ (2018)	71.298	63,48	2,85
MEI (2018) ⁵	7.835	53,95	3,86
Receita total – em mil R\$ (2018) ⁶	372.120,0	42,18	2,77
Despesa total – em mil R\$ (2018) ⁶	347.228,85	43,76	2,90
Exportação – valor FOB – em mil US\$ (2018) ⁷	87.552,76	55,71	0,94
Importação – valor FOB – em mil US\$ (2018) ⁷	9.153,51	43,41	0,18

Fonte: ¹IPEADATA, 2020; ²IBGE, 2018c; ³IJSN, 2021; ⁴Ministério da Economia, 2021a; ⁵Receita Federal, 2021; ⁶Tesouro Nacional, 2021; ⁷Ministério da Economia, 2021b.

Nota: *A preços médios de 2019.

Todavia, ao avaliar as representatividades de Colatina nos totais do Estado, percebe-se que o município possui cerca de 3% da maioria dos indicadores listados. Além disso, entre esses resultados, nota-se, ainda, algumas representatividades de destaque do município no total do Estado, especialmente as vinculadas ao mercado de trabalho formal de Colatina. Isso porque os empregos, estabelecimentos formais e MEIs participaram com 3,42%, 3,89% e 3,86% dos totais do Espírito Santo,

respectivamente. Em contrapartida, a massa salarial do município representa 2,85% do total estadual. Ou seja, tais valores indicam que os empregos formais de Colatina recebem salários inferiores à média estadual.

Com base nos resultados apresentados, foi possível verificar não só o processo de formação e de polarização da cidade de Colatina como também suas representatividades nos totais da Região e do Estado. Nesse sentido, observa-se que, apesar de o município ter um destaque para os totais da Região, tais desempenhos não são replicados nas totalidades do Estado.

5 CONCLUSÕES

Por meio dos resultados apresentados, percebe-se os processos de formação e de consolidação da cidade de Colatina como um polo econômico para a Microrregião Centro-Oeste.

Entre os fatores que contribuíram para a formação dessa centralidade, podem ser citados a própria expansão da atividade cafeeira pelo interior do Espírito Santo, no sentido Sul-Norte, bem como o próprio entrave dessa ampliação diante da presença do Rio Doce. Isso se deve, principalmente, pelas dificuldades para sua transposição, em função dos limites logísticos e tecnológicos que existiam no Espírito Santo naquele período de expansão e de ocupação do interior do Estado, entre o início do século XIX e meados do XX.

Cabe destacar que nesse período, até o ano de 1963, nem mesmo os limites geográficos entre os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais estavam estabelecidos ao Norte do Rio Doce. Ou seja, apesar de os limites entre os dois estados estarem definidos na região ao Sul do referido rio, desde 1914 (FOLETTI, 2019), na porção norte, até por conta da baixa ocupação presente nessa parte do território, não havia uma divisa estabelecida.

Ainda entre os elementos que contribuíram para o processo de ocupação na Região, de modo geral, destaca-se a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em 1906, que estimulou tanto a migração como a alteração no município sede desta localidade, que passou de Linhares para a cidade de Colatina, no ano de 1921.

Com tempo, outros núcleos urbanos foram constituídos, especialmente na porção norte do território, diante da construção da ponte sobre o Rio Doce, em 1928. Tal fato proporcionou condições para que a cidade de Colatina fosse classificada como a sede municipal de grande parte do território, até suas emancipações anos mais tarde. Nesse sentido, destaca-se que, com exceção de São Roque do Canaã e Vila Valério, todos tiveram como proveniência a cidade de Colatina.

Além disso, acrescenta-se, ainda, a implantação da rodovia BR 259, em meados dos anos 1970, que consolidou a polarização da cidade de Colatina, pelo fato de esta ser uma das principais vias de conexão do Espírito Santo com as regiões a oeste do país, em conjunto com a BR 262.

AGRADECIMENTOS

À FAPES, pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBANI, Vivian. **Trajetória do crescimento da cidade de Colatina**. 163 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2012. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5752_Trajet%C3%B3ria%20do%20crescimento%20da%20cidade%20de%20Colatina%20_Vivian%20Albani.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

ALBANI, Vivian; MIRANDA, Clara Luiza. **Cidade de Colatina, ES: a resiliência de**

uma cidade entreposto. CINCC – IV Congresso Internacional, Uberlândia, 2013. Disponível em: http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/4_cincci/016-miranda.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

COLATINA. **A Vila de Colatina, emancipação e a revolta de Xandoca**. 2020. Disponível em: <https://diariodigitalcapixaba.com.br>. Acesso em: 24 mar. 2021.

DRS – DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL. **Arranjo 3 Diagnóstico da Microrregião Centro-Oeste**. IFES, 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Geobases: Divisões Político-Administrativas do ES**. 2021. Disponível em: <https://geobases.es.gov.br/>. Acesso em 15 mar. 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 9.768**. Dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Espírito Santo. 26 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI97682011.html>. Acesso em 23 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 11.174, de 25 de setembro de 2020**. Altera o Anexo Único da Lei nº 9.768, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI111742020.html>. Acesso em: 30 set. 2020.

FOLETTTO, Leonardo Zancheta. **Entre linhas e fronteiras: a histórica questão limdeira entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais (1911-1963)**. 169 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://repositorio>

ufes.br/bitstream/10/10882/1/tese_10738_D
ISSERTA%C3%87%C3%83O%20DE
%20MESTRADO%20-%20LEONARDO
%20Z%20FOLETTTO_FINAL-Com%20
Ficha%20Catalogr%C3%A1fica.pdf.
Acesso em: 28 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.
Censos Demográficos 1970-2010.
Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>.
Acesso em: 23 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.
Cidades. Disponível em: [https://cidades.
ibge.gov.br/](https://cidades.ibge.gov.br/). Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.
Regiões de Influência das Cidades -
REGIC. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.
Disponível em: [https://www.ibge.gov.
br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geo
graficas/15798-regioes-de-influencia-das-
cidades.html?=&t=sobre](https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=sobre). Acesso em: 15
mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.
Regiões de Influência das Cidades –
REGIC: plataforma geográfica interativa.
IBGE, 2018b. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/apps/regic/>. Acesso
em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.
Estimativa Populacional 2018. Estimativa
da população residente nos municípios
brasileiros com data de referência em 1º de
julho de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c.
Disponível em:
[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/
populacao/9103-estimativas-de-
populacao.html?=&t=downloads](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads). Acesso
em: 23 set. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS
NEVES - IJSN. **PIB Municipal.** 2021.

Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.
br/assuntos/pibmunicipal](http://www.ijsn.es.gov.br/assuntos/pibmunicipal). Acesso em: 17
mar. 2021.

IPEADATA. **Tema:** geográfico. 2020.
Disponível em: [http://ipeadata.gov.br/
Default.aspx](http://ipeadata.gov.br/Default.aspx). Acesso em: 15 set. 2020.

ISARD, W. **Location and space-economy:**
a general theory relation to industrial
location, market areas, land use, trade and
urban structure. Cambridge: MIT Press,
1956, 350 p.

LINO, L.S. **Os caminhos para a produção
no interior do Espírito Santo.** Tese
(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-
SP, 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação
Anual de Informações Sociais – RAIS.**
Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>.
Acesso em: 18 mar. 2021a.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA.
Exportação e Importação Municípios.
Disponível em: [http://comexstat.mdic.
gov.br/pt/municipio](http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio). Acesso em: 18 mar.
2021b.

MORAES, Cícero. **As questões de limites
que o Espírito Santo sustentou.** Vitória:
Real Gráfica, 1971.

PIRES, J. M. Economia regional e urbana.
p. 594-605. In: PINHO, D. B.;
VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO
JUNIOR, R. (Org.). **Manual de economia:**
equipe de professores da USP. 6. Ed. São
Paulo: Saraiva, 2011, 669 p.

PONTES, Walace Tarcísio. **Conflito
agrário e esvaziamento populacional:** a
disputa do Contestado pelo Espírito Santo e
Minas Gerais. 2007. 183 f. Dissertação
(Mestrado em História) – Programa de Pós-
Graduação em História, Universidade
Federal do Espírito Santo, Vitória

RECEITA FEDERAL. **Total de Empresas Optantes no SIMEI por município da Unidade Federativa ES**, em 31/12/2018.

Disponível em:

<http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemei/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Estatuto da Cidade e a Questão Urbana Brasileira. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2003.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico-científico organizacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Atlas, 2009, 198 p.

TESOURO NACIONAL. **Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro**. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.